

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Data: 09/07/2015

Local: sala 506-A - Prédio-Sede

Presenças: Des. Raul Zoratto Sanvicente, Dr. João Luiz Cavalieri Machado, Dr. Fernando M. de Meirelles e Marcelo Lucca.

Justificadas as ausências dos Juízes Janaína Saraiva da Silva e Luiz Antônio Colussi e dos servidores Heraldo Figueira da Silva e Cristiano Bernardino Moreira.

Coordenação da reunião: Desembargador Raul Zoratto Sanvicente

Secretária: Maria Augusta K. Arnold (AGE)

Hora de início: 10h

Aos **nove dias do mês de julho de 2015**, às 10 horas, na sala 506-A do Prédio-sede do TRT4, realizou-se reunião da **Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho**. Presentes o Exmo. Desembargador Raul Zoratto Sanvicente, os Drs. João Luiz Cavalieri Machado e Fernando M. de Meirelles e o servidor Marcelo Lucca.

Inicialmente, Des. Raul fez referência à importância da reunião de hoje para que seja aprovado o Documento Base do PPRA.

Dr. Fernando salientou que todos os itens do Termo de Referência, do edital, foram cumpridos no novo documento.

Dr. Fernando informou que não houve seguimento por parte da empresa contratada por conta da greve dos servidores, o que prejudicará o cronograma previsto.

Des. Raul destacou, também, o ofício que trata do relatório instituído pela Resolução CSJT nº 141/2014.

Dr. Cavalieri salientou que alguns índices referidos no Manual, atualmente, não têm como ser apurados. Dr. Fernando referiu ser possível a apuração a partir das fichas existentes.

Des. Raul deu ciência do Ofício Circular CSJT.GP.SG.CGPES nº 009/2015 aos Drs. Cavalieri e Fernando, que trata do primeiro Relatório Estatístico que deverá ser elaborado, nos termos da Resolução CSJT nº 141/2014 e do Manual de Orientações.

Des. Raul destacou, a partir do relato dos Drs. Fernando e Cavalieri, que existem dados para a elaboração do relatório que são geridos pela SEGESP. **A Comissão recomenda que a SEGESP disponibilize os dados necessários à Coordenadoria de Saúde.**

Dr. Fernando citou que especialmente os dados relativos aos magistrados e servidores com deficiência ou com restrição funcional seriam de responsabilidade da SEGESP. Argumentou que o índice terá que ser esclarecido junto ao CSJT. Dr. Cavalieri discordou, salientando que se deve divulgar o índice com a informação da fonte utilizada.

Dr. Fernando ponderou que é possível que a SEGESP não tenha os dados mapeados.

Dr. Cavalieri tem dúvidas se os servidores com redução de carga horária se encaixariam como “com restrição funcional”.

Des. Raul comentou que intenciona fazer algo sobre a NR12, que é a norma regulamentadora de acidentes com máquinas. Dr. Cavalieri informou que o Varejão fornecerá seu livro e que poderá disponibilizar cópia, se for o caso.

Dr. Fernando salientou a importância em ser criada equipe própria no Tribunal para tratar dos assuntos relacionados à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, ainda que o custo seja alto. Historicamente, a área de saúde buscou dar conta do que entendeu ser pertinente, “atacando” os problemas conforme surgiam. Desta forma, gasta-se pouco e atende-se às questões mais relevantes. Destacou, entretanto, que Minas Gerais, que faz um trabalho muito bom, tem índices de absenteísmo piores que os nossos.

Marcelo Lucca ingressou na sala às 10h30min.

Des. Raul argumentou ser bastante positiva a preocupação atual sobre o controle do absenteísmo e identificação de suas causas.

Dr. Cavalieri referiu que, ainda que se trate da segurança e conforto no trabalho, a medição é feita a partir do controle de absenteísmo.

Marcelo Lucca salientou que o objetivo, no final, é melhorar a saúde do trabalhador para que trabalhe mais.

Des. Raul ratificou, por fim, o objetivo da reunião, diante da chegada do servidor Marcelo, que comentou ter achado o novo documento bem melhor que o anterior, tendo sido corrigidas as falhas identificadas. Sugeriu a aprovação do documento. Referiu que o PPRA não é um documento fechado, mas, sim, dinâmico, e que será muito importante a gestão do PPRA dentro do Tribunal. O Documento Base identificou os riscos e será muito importante a verificação da consistência do que foi apontado.

Des. Raul concluiu, então, que o Documento Base será levado à Presidência para assinatura. Marcelo Lucca sugeriu que seja em forma de solenidade, destacando a importância do momento. Des. Raul aprovou a sugestão.

Reunião encerrada às 10h44min.